



O Espírito Santo e a Economia Mundial

O governo estadual está certo em colocar as “barbas de molho” e tomar medidas preventivas para ajustar a política orçamentária ao novo cenário econômico pós-crise mundial. O mesmo deveria ser feito pelos municípios. Os prefeitos (atuais e futuros) também devem ajustar suas programações a um cenário distinto do que se previa na elaboração orçamentária anterior. Tal medida não pode ser confundida com alarmismo e prática induzida por aferições político-partidárias.

A maior centralidade política aqui sugerida respalda-se no fato de que o Espírito Santo tem uma economia fortemente influenciada pelo comportamento da economia internacional. O Estado apresentou nos últimos anos um ritmo invejável de crescimento, com as taxas de expansão de sua economia superando as da economia nacional como um todo.

O elevado grau de abertura da economia estadual favoreceu essa performance. Porém, se por um lado este é um aspecto favorável, por outro é um vetor que impõe uma alta dependência local ao desempenho internacional. A parti-

cipação média das trocas comerciais capixabas (soma de exportações e importações) em relação ao PIB gira em torno de 46%. A mesma relação para a economia brasileira é de 25%.

As profundas alterações no ambiente internacional interferem diretamente na arrecadação estadual (e de resto na dos seus municípios) em dimensão superior àquela que afeta a economia nacional. A rápida modificação no câmbio bate diretamente nas decisões negociais de importadores. Esse é apenas um vetor de interferência; há outros, também, com alto poder de fogo. As modificações nas demandas e nos preços das matérias primas, e em especial do petróleo, impõem a necessidade de rever programações de investimentos futuros, rebatendo na atividade econômica local, mesmo que haja uma compensação por causa da elevação cambial.

Na certa, haverá a partir de agora uma nova realidade internacional, e o Brasil se ressentirá. Felizmente, devido ao acerto na condução da política econômica, é provável que o nosso país passe a se posicio-

nar relativamente ainda melhor no cenário internacional do que se apresenta hoje.

Como tem sido enfatizado, tempo de crise, tempo de oportunidades. É recomendável que haja um aproveitamento didático da incômoda realidade que vivenciamos. A melhor receita para mitigar riscos é, e continuará sendo, a diversificação. Daí, a relevância de um esforço de governantes e sociedade para erguer as bases de uma economia menos dependente de poucos setores, tal como ainda se apresenta no Espírito Santo.

Não há novidade em tal conclusão, mas é importante realçá-la. Há necessidade de priorizar ações de impacto para setores que possuem maior capacidade de agregação de valor e têm grande potencial de difusão de renda. Esse é um desafio que se coloca para o Espírito Santo.

■ ■ **Guilherme Lacerda**, doutor em economia, é prof. do Dep. de Economia da Ufes e presidente da Fundação dos Economiários Federais (Funcef)

■ ■ **N.R.:** Veríssimo está de férias